

# Índios entram na história pela porta de serviço

'História dos Índios no Brasil' traz uma coleção de fecundos estudos indigenistas

ANTONIO CALLADO  
Colunista da Folha

Na primeira página deste belo livro de mais de 600, Manuela Carneiro da Cunha resume em poucas palavras o que vamos ler: "... a História do Brasil, a canônica, começa invariavelmente pelo 'descobrimento'. São os 'descobridores' que a inauguram e conferem aos gentios uma entrada — de serviço — no grande curso da História". Isto vale para a América inteira, naturalmente, pois mesmo onde os naturais da terra já haviam criado complexas civilizações, como no México e no Peru, não foram tratados diferentemente pelos descobridores. Nada de elevador social. O outro, o de serviço.

No Brasil foi tudo mais fácil ainda, devido à modéstia e à índole dos grupos humanos encontrados pelos descobridores. Aliás, a gente sai da leitura deste livro convencido de que não houve o descobrimento da América em 1492. Cito Manuela Carneiro da Cunha: "Se a população aborígene tinha, realmente, a densidade que hoje se lhe atribui, esvai-se a imagem tradicional (aparentemente consolidada no século 19) de um continente pouco habitado a ser ocupado pelos europeus. Como foi dito com força por Jennings (1975) a América não foi descoberta, foi invadida".

Efetuada a invasão, cuidou-se em seguida de ocupar o território em nome da Coroa e da Cruz, e de organizar os até então donos da terra como aliados guerreiros quando houvesse guerra, mas, acima de tudo, em tempo de guerra ou de paz, como criada-gem.

Isto não significa que a Coroa, e mais ainda a Cruz, não tenham envidado esforços, em nome da lei e da caridade, para tornar mais civilizadas as relações com os índios. De D. Manuel a Rondon, de José de Anchieta a Pedro Casaldáliga houve sempre quem tentasse por ordem jurídica e amor cristão nessas relações. Como vemos no ensaio deste livro intitulado "Índios livres e índios escravos", de Beatriz Perrone-Moisés, os índios tiveram desde 1566, logo no início da colonização portanto, um procurador.

Foi o primeiro ombudsman do Brasil. Cito Perrone-Moisés: "Dada a evidente tendência dos colonizadores a desrespeitar as condições de utilização da mão-de-obra aldeada, um procurador dos índios é nomeado já em assento de 1566. Mencionado sempre como alguém encarregado de requerer a justiça por quem não a pode requerer por si, deve ser (...) alguém que não possua nenhuma espécie de interesse a ser protegido, para que isso não interfira em seu julgamento. (...) Na tentativa de garantir a observância das leis favoráveis aos índios, um desses procuradores chega a ser perseguido e preso no Maranhão e



Índios Kaiapó do grupo Ira'a Mrayre em foto do livro "Histórias dos Índios no Brasil"

uma Ordem Régia é enviada ao governador geral do Estado para que seja respeitado e tratado 'conforme o lugar que ocupa'".

Mas essas boas intenções do século 16 e seguintes são severamente julgadas por estudiosos do século 19, a partir de João Francisco Lisboa, no seu "Timon Maranhense". A legislação indigenista colonial é classificada como oscilante, hipócrita e contraditória. É que já no século 18 está bem arraigada a política de "descer" os índios, isto é, trazê-los do mato, do sertão, para junto dos povoados de brancos.

Aí seriam civilizados e catequizados, de modo a se tornarem, segundo a fórmula da época, "vassalalos úteis". Esses índios trabalharão nas roças, ajudarão no descimento de outros índios e servirão como soldados quando houver guerra. Vassalalos úteis. Entrada de serviço.

Beatriz Perrone-Moisés cita, entre os defensores dos direitos dos índios que se seguiram a João Francisco Lisboa e Perdigo Ma-

lheiro, o nome de Souza Pitanga, autor de um estudo intitulado "O Selvagem perante o Direito", de 1899. Acontece que Antonio de Souza Pitanga era meu avô materno. Peço, por isso, permissão para citar uma passagem desse seu estudo sobre os índios. No tempo do velho Pitanga (tal como ocorre ainda hoje) os índios brasileiros eram considerados crianças retardadas, mongolóides no sentido patológico, seres sem cultura própria e sem capacidade de adquirir outra qualquer.

Pitanga critica então o governo por investir grandes somas na entrada de imigrantes europeus frequentemente mal selecionados, "narcotizadores e bandidos, e que se continue a perseguir como a bestas feras um milhão de Brasileiros em estado primitivo, nos quais, pelo menos, não inoculou-se ainda o vírus da corrupção". E continua fazendo a seguinte defesa dos índios como raça, como povo: "Objectar-nos-hão com o chavão de sua inferioridade ethnica; essa, porém, é, até hoje, uma hypothese; as observações anthropometri-

cas não tiveram ainda consagração científica para servir de base a uma classificação rigorosa das superioridades ethnologicas. A compleição mongólica não impediu que os japoneses estejam demonstrando em nosso século aos orthodoxos da anthropologia craneometrica que a superioridade intellectual não é partilha exclusiva de qualquer raça, mas o resultado do meio e da cultura".

Encerrada minha digressão familiar, passo a dar uma idéia geral dessa "História dos Índios no Brasil", uma obra clássica de nascença. Cabe porém observar, em relação ao título, que não se trata de uma verdadeira e cronológica história e sim de uma coleção de fecundos estudos, que poderão eventualmente servir de base a uma história dos índios, com princípio, meio e fim. Com belas ilustrações em branco e preto e em cor, vinhetas, mapas, tabelas, fotos, além de bom de ler o livro é bom de folhear.

Depois da introdução, a "História dos Índios no Brasil" se ocupa, nos dois primeiros blocos

## A OBRA



**História dos Índios no Brasil**, org. de Manuela Carneiro da Cunha. Capa de Moema Cavalcanti. Fapesp/SMC/Companhia

das Letras (r. Tupi, 522, tel. 011-8261822, CEP 01233, São Paulo). 611 págs. Cr\$ 215 mil.

temáticos, das fontes dessa história e da política e legislação indigenista em geral. Seguem-se os blocos que traçam a história dos índios por zonas geográficas: Alta Amazônia, Amazônia Meridional, Nordeste, Leste e Sul.

No bloco da política e legislação indigenista encontra-se o ensaio que mais nos aproxima do índio em sua condição atual. Intitula-se "O governo dos índios sob a gestão do SPI" e é de autoria de Antônio Carlos de Souza Lima. Vai de 1910, com a fundação do Serviço de Proteção aos Índios, como departamento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, até a extinção do SPI, substituído pela Funai, ou Fundação do Índio, em 1967.

Desfilam pelo capítulo figuras de grande presença no imaginário nacional. Como Cândido Mariano da Silva Rondon, que implantou as linhas telegráficas no interior e foi o primeiro chefe do SPI; João Alberto Lins de Barros, da Expedição Roncador-Xingu de 1943; Orlando Vilas Boas, o criador do Parque Indígena do Xingu. O tom do ensaio é curiosamente polêmico, a partir da fundação do SPI. Alude ao confronto que então haveria entre o diretor do Museu Paulista, Herman von Ihering, que achava melhor exterminar o índio, sempre que se atravessasse no caminho da civilização, e o positivista e otimista Rondon.

Seja como for, e encerrando esta breve crítica a um livro que merece muitas outras, mais extensas, menciono aquilo que me pareceu ser seu único ponto fraco. O mais perto que chegamos do problema do índio brasileiro na atualidade é o ensaio do sr. Souza Lima simplesmente porque algum colaborador não cumpriu a palavra empenhada. A própria organizadora da obra, a professora Manuela Carneiro da Cunha, dá conta do acontecido, nos "agradecimentos" da sua introdução: "Dois capítulos que reputo essenciais para um livro que trata de História dos Povos Indígenas", encomendados desde o início do projeto, nunca chegaram a ser escritos: um dizia respeito à situação atual dos povos indígenas, outro aos seus prospectos de futuro".